

CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE PORTARIAS DE PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ, ATRAVÉS DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

Décio Cotrim
Fábio Martins Costa
Delmar Dietz
Marione Kollet
Ana Luiza Spinelli
Pedro Francisco
Jorge Afonso Pinto

RESUMO

A pesca realizada por pescadores profissionais tem ordenamento de seus parâmetros através de portarias editadas oficialmente pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente). A tônica dominante na construção destas portarias é de ordenamento pesqueiro a partir da visão técnica, considerando trechos ou partes de mananciais hídricos. A experiência, realizada no período de 2000 a 2004, no Litoral Norte do RS, enfoca a construção de portarias de pesca a partir do pescador, de baixo para cima, utilizando-se metodologias participativas para sistematizar as propostas. O segundo momento do processo é o debate com os biólogos do IBAMA para ajustes entre o saber dos pescadores e o saber técnico. A finalização é a construção de proposta de Portaria que ordena a pesca em toda a bacia do Rio Tramandaí. Os principais atores do processo são as comunidades pesqueiras do Litoral Norte do RS; o Ibama, através do Escritório Regional de Tramandaí; e a Extensão Pesqueira realizada pela EMATER/RS-ASCAR, através dos profissionais dos escritórios municipais e regional.

PALAVRAS-CHAVE

Portarias; Pesca; Metodologias Participativas, DRP, Diagnóstico Rural Participativo.

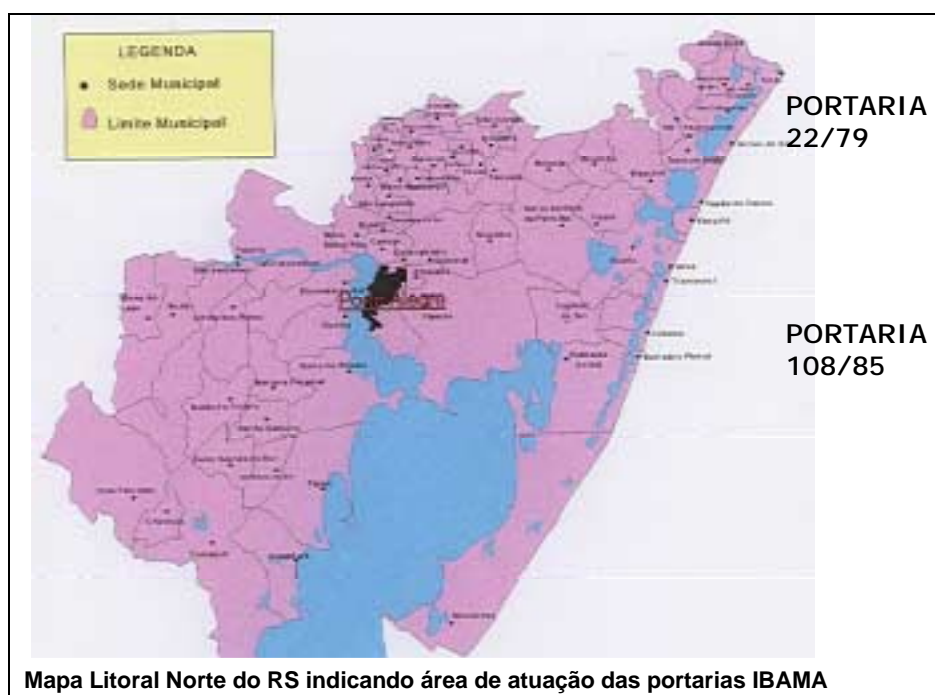
CONTEXTO

A pesca de subsistência e artesanal é realizada no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, nas praias da faixa litorânea entre os municípios de Tavares e Torres; nas lagoas internas de água doce de Itapeva, Quadros, Malvas, Pinguela, Fortaleza, Cidreira, Patos e outras de menor importância; e no estuário da lagoa de Tramandaí e Custódia.

Esta atividade envolve **3.664 famílias de pescadores** (dados da EMATER/RS-ASCAR 2004) da região. A pesca de lagoas internas e estuários abrange a Bacia do Rio Tramandaí composta pelos municípios de Torres, Três Cachoeiras, Terra de Areia, Arroio do Sal, Capão da Canoa, Maquiné, Osório, Imbé e Tramandaí.

A pesca, por ser uma atividade que explora um espaço coletivo, possui conflitos com diversas categorias, como veranistas, proprietários de embarcações de lazer, surfistas, exploradores imobiliários, etc. Porém, talvez o principal conflito da categoria seja entre os próprios pescadores, visto que os estoques pesqueiros da região estão sendo explorados acima da capacidade sustentável, ou seja, captura-se mais peixe que a capacidade do ecossistema de se renovar e, conseqüentemente, os ganhos individuais por pescador diminuem gradativamente com o passar dos anos, gerando pobreza. Outra característica deste sistema de lagoas é que há contato com o mar em apenas um ponto, no estuário de Tramandaí. Deste modo, a entrada de peixes do mar, que são as principais espécies capturadas nas lagoas, se faz apenas através desta porta, o que acarreta uma importante

interdependência dos pescadores do estuário com os das lagoas internas, pois se ocorrer pesca excessiva no estuário haverá pouco peixe nas lagoas.



As portarias que regem a pesca na região são leis que buscam normatizar o uso do espaço coletivo a fim de possibilitar o trabalho das famílias pescadoras e manter um equilíbrio ecológico. Uma característica na construção das portarias é serem elas produzidas por profissionais técnicos, da área biológica, em um processo de cima para baixo. Outra característica é que as portarias são criadas para ordenar uma parte de uma bacia hidrográfica, não atendendo as inter-relações (ciclo de vida das espécies, tipos de pescarias, épocas de defeso, etc.) que existem entre um ambiente estuarino, no ponto de contato com o mar, e o ambiente das lagoas internas.

A condição de vida dos pescadores na região é bastante difícil, pois os volumes de pesca são baixos e, por consequência, a renda é pouca. Para melhorar as condições ambientais das lagoas da região, através de um ordenamento pesqueiro qualificado, o que aumentaria o volume de peixe capturado, os pescadores possuem muitas propostas, porém não existem canais para a construção de propostas. Um dos agravantes da situação é que as organizações da categoria dos pescadores, as colônias de pesca, não assumem este debate e preferem um trabalho assistencialista, boicotando a renovação das lideranças, dificultando os processos de participação.

A EMATER/RS-ASCAR começou um trabalho com os pescadores do Litoral Norte a partir do ano de 2000. Como não havia metodologia participativa para trabalho com pescadores, o grupo da Extensão Pesqueira sistematizou um modelo de diagnóstico participativo com várias ferramentas como: Mapa Comunitário, Diagrama de Wendt, Cadeia Produtiva, Rotina Diária da Família, Artes de Pesca, Ciclo das Espécies e Fluxo de Receitas Familiares.

A estratégia geral para aplicação da metodologia foi a constituição de uma equipe multidisciplinar que se sediou em uma base de apoio para preparação das ações, local de debate do grupo e produção de material de comunicação das ferramentas participativas.

Em média, a equipe foi formada por seis membros entre extensionistas locais e regionais, respeitando-se sempre a questão de gênero para contar com ambos os sexos.

O DRP foi realizado em uma semana. Inicialmente realizou-se uma reunião comunitária no primeiro dia do DRP para a explicação à comunidade dos objetivos do trabalho e começo do processo de entrevistas grupais e individuais. Posteriormente foram realizadas visitas nas moradias e locais de pesca para a aplicação das diversas ferramentas participativas.

Na base de apoio, além sistematizar as informações obtidas com as ferramentas participativas foram realizados debates para ampliação do entendimento dos achados e, em caso de dúvidas, retorno a comunidade buscando mais dados.

Após a aplicação de todas as ferramentas participativas o próximo passo foi a preparação destas em formato comunicativo aos pescadores. Acreditou-se que desenhar as ferramentas em grandes papéis foi a melhor maneira de comunicação, evitando sempre frases escritas, tabelas ou elementos que não são normais no dia-a-dia dos pescadores.

Na reunião do primeiro dia do DRP, foi marcada com a comunidade uma reunião de devolução dos achados no último dia da semana. Nesta reunião, foram apresentadas as ferramentas através dos materiais gráficos buscando passar aos pescadores o que nós entendemos da realidade daquela comunidade, após foi realizado o debate comunitário e validação do diagnóstico. O segundo momento desta reunião, foi o levantamento das principais demandas à luz do diagnóstico realizado e sua priorização. Estas demandas foram submetidas a um tratamento estratégico e operativo, através de um plano local de ação.

Por meio de um esforço de entendimento da problemática regional, realizaram-se dezoito Diagnósticos Participativos (DRP) junto as comunidades pesqueiras do Litoral Norte do RS.

Neste processo, ficou evidenciado que as portarias de pesca editadas pelo Ibama para a região eram antigas, inadequadas e geravam problemas econômicos e sociais aos pescadores. A partir deste ponto, a extensão pesqueira conduziu um processo participativo para adequar essas portarias à realidade das famílias pescadoras.

Uma política pública importante na ação junto aos pescadores foi a do RS Rural, que é um programa de alívio à pobreza, implementada na região a partir do ano de 2000. Essa política pública foi ferramenta fundamental para viabilizar as demandas estruturais dos pescadores e propiciar um clima favorável ao debate e à organização da categoria.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O problema da inadequação das portarias atingia todos os pescadores da bacia do Rio Tramandaí, tanto os de pesca de estuário próximo ao mar como os de pesca de água doce das lagoas interiores. As portarias que os normatizavam eram diferentes e conflituosas (Portaria 22/79 e Portaria 108/85 do Ibama). Os principais problemas eram as diferentes malhas de rede para cada região da bacia hidrográfica, a inexistência de áreas livres de pesca para reprodução natural das espécies e a incompatibilidade das normas do estuário com as das lagoas internas o que dificultava a migração natural das espécies.

Devido à bacia do Rio Tramandaí ser extensa, o processo de construção de uma nova portaria ocorreu em duas frentes, simultaneamente: a primeira, nas lagoas internas de

água doce, envolvendo seis comunidades de diversos municípios; e a outra, na região estuarina, envolvendo as comunidades dos municípios de Tramandaí e Imbé.

A extensão pesqueira catalisou essas duas frentes do processo, através do uso das metodologias participativas na condução do debate com os pescadores. A presença dos extensionistas da EMATER/RS-ASCAR em todas as comunidades pesqueiras foi fator preponderante para a realização desta ação.

No trabalho nas lagoas internas de água doce, foram realizadas sete reuniões nas comunidades pesqueiras de Barra dos Quirinos, Barra do Cornélios, Sanga Funda, Prainha, Barra do João Pedro, Capão da Canoa e Osório. Nesses debates, sistematizados por visualização móvel (uma metodologia participativa que sistematiza em formas de tarjetas o resultado do debate), discutiu-se o anseio dos pescadores a partir da portaria 22/79 que regia aquela parte da bacia. Posteriormente, realizou-se uma reunião geral das comunidades na Barra do João Pedro. Nesta reunião, foram construídas as demandas regionais a partir dos materiais da rodada inicial, através de votação. O terceiro momento deste processo foi uma reunião com o grupo técnico do Ibama, com a representação comunitária dos pescadores e assessorada pela EMATER/RS-ASCAR, na qual as demandas regionais foram discutidas à luz do saber técnico e do saber local dos pescadores, buscando-se um ponto de equilíbrio. O debate envolveu os temas: malha das redes, áreas de reprodução das espécies, épocas de piracema, artes de pesca, entre outros. A última etapa deste processo ficou a cargo do Ibama, que traduziu o resultado sistematizado do debate em uma “nova portaria” de pesca.

A segunda frente do processo ocorreu na região estuarina ao redor de Tramandaí. Nestas comunidades, havia um debate antigo, realizado por entidades representativas como Prefeituras Municipais, Ibama, Sindicato dos Pescadores, EMATER/RS-ASCAR e Patrulha Ambiental (órgão fiscalizador) sobre temas que, necessariamente, teriam de ser modificados na portaria que regulamentava a região (portaria 108/85). Esse debate centrava-se principalmente no volume de arte de pesca (número de redes para cada pescador) para captura do camarão rosa e no ordenamento dos locais desta pesca. Com o andar deste grupo, gerou-se uma proposta das representações de portaria que possuía muitos pontos conflituosos.

O segundo momento deste processo foi a tradução dos pontos chaves da proposta, através de visualização móvel, que ficou a cargo da Emater/RS-Ascar. O terceiro momento foi a realização, pela Emater/RS-Ascar, de quatro reuniões comunitárias para apresentação da proposta e debate com as comunidades à luz da realidade local. As reuniões foram realizadas nas comunidades pesqueiras de Imbé, Barra, Tiroleza e Cruzeiro do Sul e sistematizadas através da aprovação, ou não, dos pontos da proposta, com sugestões alternativas. Utilizou-se a metodologia participativa de visualização móvel nessas reuniões. O quarto momento do processo foi a sistematização, pela Emater/RS-Ascar, do material obtido nos debates e seu encaminhamento ao Ibama para adequação da “nova portaria”.

O Ibama, de posse das duas propostas de mudanças das portarias, redigiu uma “nova portaria”, acatando as demandas comunitárias dos pescadores profissionais, resguardando os métodos e locais de reprodução natural das espécies, buscando um equilíbrio sustentável para a exploração dos estoques pesqueiros e imprimindo uma visão de ordenamento pesqueiro da bacia hidrográfica. Vale lembrar que a nova portaria rege tanto o ambiente estuarino como o das lagoas interiores. O resultado final deste processo foi a publicação da Instrução Normativa número 17/04 editada pelo Ibama no final do ano de 2004.

Durante o desenrolar da experiência, com duração de quatro anos, ocorreu um processo de organização da categoria dos pescadores. Prova disso foi a formação de doze associações de pesca, organizações que utilizam este ambiente para debater suas dificuldades e encaminhar suas demandas. Essas associações buscam, paulatinamente, ocupar os espaços formais de representação nas colônias de pesca.

Também durante o processo ocorreu um aumento da consciência ambiental dos pescadores e um sentimento de que a “nova portaria” foi criada por eles. Durante nos anos em que se desenrolou o processo, a nova portaria não foi oficialmente implantada, os pescadores respeitaram os limites construídos na “nova portaria”. A própria fiscalização das épocas de pesca, malhas de redes e locais de pesca são controlados pelas comunidades locais.

O esforço da equipe da extensão na região não se encerra na publicação da portaria, pois o trabalho junto às comunidades pescadoras está apenas iniciando. O incentivo à participação popular na formulação de políticas públicas é um princípio do trabalho da Extensão Pesqueira, que objetiva o aumento da cidadania desta categoria social e a busca de sua inclusão social.

RESULTADOS

a) Resultados:

- Constituição de uma proposta de portaria construída a partir das demandas das comunidades pesqueiras, atingindo a totalidade da bacia do rio Tramandaí.
- Aumento da consciência de preservação ambiental por parte dos pescadores devido aos debates sobre o tema.
- Constituição de área de reprodução de espécies livre de pesca (proposta dos pescadores).
- Aumento da malha de redes com captura de peixes maiores, porém em menor volume (proposta dos pescadores).
- Diminuição do número total de artes de pesca de camarão buscando equilíbrio sustentável.
- Aumento da organização dos pescadores e criação de 12 associações como representação da categoria.
- Melhor relação dos pescadores com as instituições fiscalizadoras.

b) Impactos:

- Aumento da cidadania do pescador através da participação efetiva no processo de construção da nova portaria.
- Aumento da produção de pescado na bacia devido ao aumento da malha de redes e das áreas e reprodução das espécies.
- Aumento da consciência de preservação ambiental por parte do pescador com a adoção das resoluções da “nova portaria” antes de sua publicação.
- Formação de um fórum regional de debate periódico sobre a questão da pesca.

POTENCIALIDADES E LIMITES

a) Potencialidades:

Este processo desenvolvido no Litoral Norte pode ser norteador para a constituição de nova legislação junto aos mais diferentes públicos.

A metodologia usada para comunicação com os pescadores (visualização móvel) pode ser usada em diversos processos.

A visão sistêmica da bacia hidrográfica na constituição de portarias de pesca parece ser mais completa.

A ampliação da cidadania dos pescadores a partir da participação é muito positiva.

Houve mudança de postura do pescador em relação às legislações.

b) Limites:

A implementação da legislação deve ser em curto período para evitar desapontamento por parte dos pescadores com o processo.

AUTORES:

- Décio Cotrim- Assitente Técnico Regional
- Fábio Martins Costa- Supervisor Regional
- Delmar Dietz- EM Tramandaí
- Marione Kollet- EM Tramandaí
- Ana Luiza Spinelli- EM Tramandaí
- Pedro Francisco- EM Osório
- Jorge Afonso Pinto- EM Capão da Canoa

REFERÊNCIAS, REDE DE CONTATOS E ANEXOS

- Metodologia de diagnóstico participativo para o apoio ao trabalho de extensão Pesqueira junto às famílias de pescadores artesanais no Litoral Norte do RS. Cotrim, D. S. 2003.
- Gielfus, F. 80 herramientas para el desarrollo participativo : diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. Prochamate-IICA, San Salvador, El Salvador, 208p, 1997.
- EMATER/RS-ASCAR. Diagnóstico Rápido Participativo das comunidades pesqueiras de Maquiné, Torres, Tramandaí, Mostardas, Cidreira, Imbé, Terra de Areia, 2000.

REDE DE CONTATOS

- Escritório Municipal de EMATER/RS-ASCAR de Tramandaí (51) 6612525
emtraman@emater.tche.br
- Escritório Municipal de EMATER/RS-ASCAR de Capão da Canoa (51) 6257788
emccanoa@emater.tche.br
- ESREG Porto Alegre rua Botafogo 1051 Porto Alegre RS (51) 21253148 e-mail
cotrim@emater.tche.br , fmcosta@emater.tche.br ou slunardi@emater.tche.br

ANEXOS

Quadro comparativo dos pontos chaves entre Portaria 22/79 e 108/85 e proposta da “nova portaria”.

Portaria 22/79 e 108/85	Proposta da “nova portaria”
Malha de rede na lagoa Itapeva 10, no estuário malha 9 e restante malha 7	Todas as lagoas terão unificadas as malhas de rede em 8 .
Não havia previsão de áreas de reprodução natural das espécies	Área de preservação para reprodução das espécies no Rio Cornélios e nas lagoas Quadros, Pinguela, Passo e Boa Vista (integral). E parcelas da margem (150 metros) das lagoas Itapeva, Malva, Palmital e Passos.
Época da piracema nas lagoas de 01/11 a 31/01.	Época da piracema nas lagoas: 01/10 a 31/12.
Número máximo de aviãozinho (rede de pesca de camarão) por pescador até 4	Número máximo de aviãozinho por pescador até 10 .
Número máximo de aviãozinho na lagoa do Armazém não existia.	Número máximo de aviãozinho na lagoa do Armazém até 800.
Permitido aviãozinho no rio Camarão até 2 por pescador. Usavam um na modalidade bolo.	Proibido aviãozinho no rio Camarão.
Não existe tamanho máximo das redes na pesca da baliza.	No máximo 500m de redes por baliza.
Piracema do bagre de 10/ 01 a 31/03	Piracema do bagre de 15/12 a 31/03
Não existe licença ambiental de pesca	Licença ambiental de pesca emitida pelo Ibama sob o validação do fórum
Petrechos de pesca não contêm identificação	Os petrechos de pesca profissional deverão conter identificação.
Permitida a pesca na Lagoa do Gentil	Proibida a pesca, exceto com linha e no máximo com três anzóis por pescador .
Pesca da baliza horário: redes colocadas às 17h no inverno e às 18h no verão, e retiradas até as 8h do dia seguinte.	As redes devem ser colocadas a partir das 16h no inverno e 18h no verão, e retiradas até as 9h do dia seguinte



Realização de DRP com pescadores.



Reunião para discussão sobre Portarias.



Realização de DRP com pescadores.



Realização de DRP com pescadores.